



O conservadorismo brasileiro na atualidade: sua filiação à agenda neoliberal

Brazilian conservatism today: its affiliation to the neoliberal agenda

Amanda Sales da Silva *

 <https://orcid.org/0000-0002-1673-5349>

Resumo: O artigo visa elucidar a relação entre a ideologia conservadora brasileira na atualidade a partir da direta vinculação entre a direita brasileira e os objetivos da agenda neoliberal. À luz do materialismo histórico dialético, por meio de uma pesquisa exploratória, nosso objetivo busca explicitar as bases materiais do conservadorismo que ganhou uma pujante força no cenário político nacional.

Palavras-chave: Conservadorismo. Ideologia. Neoliberalismo.

Abstract: The article clarifies the relationships within Brazilian conservative ideology today, based on the direct links between the Brazilian Right and the objectives of the neoliberal agenda. In the light of historical dialectical materialism and through exploratory research, our objective is to explain the material basis of the conservatism that has gained such force on the national political scene.

Keywords: Conservatism. Ideology. Neoliberalism.

Submetido em: 31/1/2021. Aceito em: 6/7/2021.

Introdução

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa sobre as bases econômico-políticas do conservadorismo na atualidade brasileira expressas na agenda neoliberal. A estreita ligação entre o conservadorismo e a agenda neoliberal apresentou uma perigosa parceria que ganhou intensidade e legitimidade no processo eleitoral de 2018, cristalizando força tanto no cenário político nacional como na economia, pelo governo de Jair Messias Bolsonaro.

Para essa pesquisa foi analisada a proposta de governo bolsonarista intitulada de *O caminho da prosperidade*, fiel aos parâmetros e exigências do capitalismo internacional para o Brasil. A nosso ver, o programa de governo em destaque traduz o receituário neoliberal e sua aglutinação aos valores ditos conservadores e tradicionais que também estão sendo implementados desde o início do mandato de Bolsonaro.

Problematizamos os impactos do conservadorismo no Brasil na atualidade – ainda que, em nenhuma circunstância da história do país o conservadorismo ausentou-se –, entrelaçado ao

* Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-901. E-mail: amanda.salesds@hotmail.com



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

modo neoliberal. Entretanto, neste determinado espaço de tempo ele revigorou suas forças, conquistando espaços de poder na política e na sociedade civil na sucessão dos anos, desembocando nas eleições de 2018, garantindo seu maior alcance hegemônico¹.

Em relação ao conservadorismo, suas definições são bastante abrangentes, todavia, neste período histórico em destaque, a afirmação que direciona a constatação deste item caminha para uma estreita ligação à ideologia neoliberal. Será problematizado o conceito de *modernização conservadora* no intuito de justificar mais adequadamente a direta conexão entre conservadorismo e neoliberalismo.

Levando em consideração que a ideologia conservadora tem uma base material que é dada pelos interesses do capital e de sua necessidade de se autorreproduzir – afinal, é a crise que impõe tais mudanças na ideologia, no entanto, a ideologia também refrata nas formas de enfrentamento da crise –, ela é expressa nesta relação dialética que é essencialmente contraditória e em constante transformação, longe da uniformidade, estabilidade e determinismos.

Para tanto, o artigo pretende interpretar, a princípio, o plano de governo *O caminho da prosperidade* bolsonarista como uma forma totalmente articulada aos preceitos do neoliberalismo radical a partir dos estudos de Harvey (2008), Casimiro (2018), Antunes (2002), Netto (2010). Em seguida, será problematizada a articulação entre conservadorismo e neoliberalismo a partir do debate teórico de alguns autores (LACERDA, 2019; DOMBROWSKI, 2020) em soma a considerações nossas.

1 O caminho da prosperidade bolsonarista é o caminho da prosperidade do neoliberalismo radical

O fenótipo do neoliberalismo no Brasil tem suas marcas pontuadas no Consenso de Washington, que aconteceu em 1989, por um modelo de reajuste macroeconômico apresentado pelos Estados Unidos, a fim de ser implantado nos países com que tinham alguma parceria econômica. Dentre elas, estão colocadas: reforma tributária e fiscal, privatizações, enxugamento da máquina estatal com gastos públicos para o pagamento de dívidas, liberalização comercial e desregulamentação da economia, flexibilização das leis trabalhistas etc. A feição do neoliberalismo estava posta por esse modelo de reajuste demonstrado pelos Estados Unidos.

No Brasil, as medidas puderam ser vistas a partir da década de 1990, com uma onda de privatizações a empresas estatais e serviços até então públicos, que se arrastam até os dias atuais. Em relação ao neoliberalismo, compartilhamos da visão de Harvey (2008), ao defini-lo como:

[...] em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre

¹Para elucidar, o termo *hegemonia*, embora não seja exclusividade, remete ao pensador Antonio Gramsci. Entretanto, aqui nos atemos à hermenêutica da palavra como *preponderância* e *predomínio*, no seu sentido mais simples, não como uma categoria gramsciana.

comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. De também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e leis requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

Em concordância com este fragmento de Harvey (2008), introduzimos o Brasil no panorama global como um país que sofre o impacto deste processo de maneira exponenciada, dada sua inserção no capitalismo mundial. Ainda que não seja o primeiro país a adotar parâmetros neoliberais na América Latina, o Brasil, na atualidade, se destaca pela velocidade e radicalidade na implementação das ações econômicas em prol do capital e de critérios de austeridade por parte do Estado acarretando aniquilamento dos direitos democráticos advindos da organização das lutas sociais.

O aprofundamento do neoliberalismo seria então a representação da nova fase do cruzamento entre a agenda neoliberal e a agenda conservadora. A metamorfose do liberalismo para o neoliberalismo não advoga a favor dos direitos individuais. A palavra *direito* – que ainda se via no liberalismo clássico – desaparece, tanto na teoria como na prática.

De acordo com Netto (2010), a marca deste estágio avançado do modo de produção, inscreve-se no tratamento irresponsável da questão social pela mão estatal. A negligência e ausência da gestão pública de qualidade acirram o cenário de miséria e desigualdade social entre ricos e pobres, alargando a diferença que os separa.

Nestes parâmetros, predomina o aperfeiçoamento da barbárie que incide a uma extrema repressão aos pobres, legitimado pela lei e exercido com rigidez pelo Estado (penal), como bem colocado por Wacquant (2013). A situação é agravada quando colocamos o corte racial das vítimas de violência, revelando a herança maldita da escravidão que coloca o racismo como o principal meio de julgamento dos casos. Ou seja, dentro de um corte de classe há um corte racial que acompanham as vítimas da violência no Brasil (cf. Atlas da Violência 2020, IPEA).

As ações neoliberais são executadas como solução para a crise, enquanto a ordem é inversa, além de transferidas para a responsabilidade pessoal dos indivíduos, que não recaem sobre todos, mas sobre os trabalhadores, que encontram gradual privação de direitos e de condições civilizatórias de sobrevivência em risco.

O que hoje conhecemos como Brasil, que ainda aglutina o status de uma das maiores economias do mundo, também é o mesmo Brasil que amarga ser um dos cinco países mais desiguais do mundo, em que 1% da população mais rica detém quase 30% da renda do país (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2019). Essa breve amostra de dados já expressa, a priori, as balizas construídas ao longo da formação social brasileira a fim de articular os aspectos econômicos, políticos e culturais da acumulação do capitalismo, de acordo com cada período desde seu descobrimento.

As relações de poder estabelecidas no país, a parceria com o capital estrangeiro e sua não disposição e interesse em se desvencilhar das amarras do capital, fizeram da burguesia nacional *sui generis* uma ala pró-imperialista, entreguista, conservadora e dependente. À vista

disso, foi possível a classe dominante do sistema pré-capitalista oligárquico abraçar a ideia de modernização e a própria mentalidade burguesa industrial-urbana concorrencial, para perpetuar o que Fernandes (2006) chama de *consolidação conservadora da dominação burguesa e de revolução dentro da ordem*. Desta forma, foi desenvolvida uma sociabilidade capitalista no Brasil dado por meios repressivos de dominação e coerção à classe trabalhadora, constituindo uma democracia frágil, somado àquilo que permitiu todo esse arcabouço: o Estado, que viabilizou e viabiliza condições altamente relevantes para atomizar a reprodução deste modo societário.

No Brasil, em tese, o Estado Democrático de Direito serve para assegurar o respeito das liberdades civis, os direitos humanos e as garantias fundamentais, através da força da lei constitucional. Todavia, no capitalismo contemporâneo, monopolista, – representado por sua face neoliberal –, deslegitima o conjunto de direitos conquistados no ciclo democrático que encontra dificuldade para se solidificar e se ampliar em solo brasileiro. Entretanto, com o aviltamento de medidas conservadoras radicais aliadas ao neoliberalismo, é tendencial que a coerção seja também alargada para aqueles que mais requerem de políticas sociais para sobreviver neste modo societário, representando grandes mudanças, já que pós-1988, segundo Casimiro (2018), a burguesia vinha usando mais o ingrediente do consenso como forma de dominação.

A evolução dos objetivos burgueses contemporâneos, que hoje está sob o primado do governo bolsonarista, não coincidentemente está explícita no plano de governo do mesmo, disponibilizado em 2018. O plano denominado de *O caminho da prosperidade*, à título de curiosidade, em sua maior parte – dezoito páginas – abrange a temática econômica². Logo em sua introdução, a simpatia com o liberalismo econômico é justificada:

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades (BOLSONARO, 2018, p.13, grifo do autor).

Ainda que cause espanto para alguns bolsonaristas as medidas de austeridade impostas pelo governo desde o início de seu mandato, suas propostas de governo nunca deixaram de estar expostas em seu plano. Na seara econômica, a redução do Estado e as chamadas contrarreformas (BEHRING, 2008)³ seriam norteadas pelo Ministério da Economia e pelo Banco Central e assim são pontuadas:

A área econômica terá dois organismos principais: o Ministério da Economia e o Banco Central, este formal e politicamente independente, mas alinhado com o primeiro. Para atender ao objetivo de enxugamento

²Enquanto *estrutura e gestão* corresponde a quatro páginas, *segurança e corrupção*, treze páginas; *educação e saúde* (que são colocados no mesmo item) abrangem quatorze páginas; *agricultura* somente duas páginas e por fim, *infraestrutura*, uma página.

³As contrarreformas, segundo a autora, alteram regressivamente os marcos legais da Constituição Federal vigente referente os direitos sociais. As contrarreformas do Estado são uma abordagem mais radical de um Estado mínimo que reeditaram uma tendência liberal em contraste com as conquistas no plano jurídico-formal, consolidada pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016).

do Estado, mas, também, para garantir um comando uno e coeso para a área (BOLSONARO, 2018, p. 53).

Seguindo também os parâmetros e exigências do Banco Mundial, as propostas econômicas de governo seguem a trindade: câmbio flexível, meta de inflação e meta fiscal. As reformas incluídas neste pacote são os meios para chegar aos objetivos descritos “[...] reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo” (BOLSONARO, 2018, p. 57).

No campo trabalhista, as mudanças são sugeridas de imediato para o aumento da produtividade, que para o neoliberalismo é equivalente ao aumento da exploração. Mais uma vez, uma suposta modernização surge como uma justificativa aceitável para, segundo os defensores dessa agenda econômica, colocar o Brasil em destaque global perante as outras potências. Não é casual o compromisso da Proposta do Plano de Governo de Bolsonaro mirar estrategicamente na modificação das relações de trabalho, que sugerem uma reforma trabalhista de cunho neoliberal radical⁴, em que os direitos são facilmente descartados, arquitetando um novo reino de *escravidão moderna* (ANTUNES, 2002) para os trabalhadores brasileiros:

As novas tecnologias e demandas da sociedade exigem uma profunda transformação das empresas e das relações de trabalho. Para colhermos os frutos desse movimento, precisamos implementar medidas que acelerem a modernização da nossa estrutura produtiva (BOLSONARO, 2018, p. 66).

De acordo com a moção apresentada pelo Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2019), a estratégia para o Brasil deverá acontecer no período 2018 a 2023, e estará pautada nos seguintes objetivos de desenvolvimento: 1) apoiar a consolidação orçamentária e promover a eficácia do governo na prestação de serviços de modo sustentável, inclusivo e eficiente; 2) crescimento da produtividade e investimento do setor privado.; e 3) um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Este novo modelo diz respeito à operacionalização das recomendações sugeridas pelo Banco Mundial para o caso brasileiro. Jair Bolsonaro e sua equipe de governo não só absorveram essas recomendações como foram adiante em agregar padrões mais conservadores à receita destacada. Para atingir esta meta, a área social vem sendo a parte mais lesada. Atendendo prescrições ao sabor neoliberal, programas de transferência de renda são mantidos e desenvolvidos à medida que os efeitos da crise vão acentuando:

Para além, o que observamos são fortes ataques às conquistas sociais dos últimos anos, a exemplo do desmonte do sistema de proteção social brasileiro através das contrarreformas; do crescimento dos setores privados da educação; o desmonte histórico do Sistema Único de Saúde, das Medidas Provisórias contra direitos previdenciários; da tentativa de redução da maioria penal; da violência contra mulheres, negros e homossexuais. Até mesmo o retorno da Marcha da Família com Deus,

⁴À título de elucidação, a reforma trabalhista e previdenciária estavam engavetadas nas casas legislativas anteriormente ao governo federal de Jair Bolsonaro. Todavia, as condições políticas e a correlação de forças ultraconservadoras tornaram-se adequadas com a eleição de Bolsonaro.

mesmo evento que serviu de apoio ao golpe de 1964. Tais ataques se configuram estratégias de consolidação dos princípios neoliberais em uma sociedade que desde 2003 abre um espaço reduzido para a agenda social, mesmo sem deixar de salientar que o governo Lula se limitou a avanços no campo das políticas sociais, mesmo com caráter focalizado e incipiente. Nota-se que o pensamento conservador liberal se destaca pela sua forte crítica ao Estado, acusando-o de paternalista, gigantesco; com políticas sociais voltadas para “sustentar vagabundos” e os direitos humanos para ‘defender bandidos’ (FRANÇA; MACIEL; SILVA, 2020, p. 261).

Perante as observações destacadas, o conceito *modernização conservadora* de Barrington Moore Jr.(1975), mostra-se tão atual quanto antes. A modernização, neste sentido, limita-se ao seu *strito senso* econômico, isto é, de modernizar as formas de exploração do capitalismo sobre os trabalhadores. O *novo modelo* sugerido no plano de governo de Jair Bolsonaro é justamente o novo modo de explorar, mais agressivo, bárbaro e truculento, mas perpetuando a antiga forma de exploração do capital (conserva os objetivos burgueses).

2 Conservadorismo aliado ao neoliberalismo no Brasil

Para dar prosseguimento ao debate da relação entre o conservadorismo contemporâneo predominante no Brasil e neoliberalismo, precisamos debater sobre um ponto que coloca ambos com forças opostas. Conforme Dombrowski (2020): “Conservadorismo e liberalismo são, portanto, duas correntes de pensamento que estão historicamente ligadas, porém, de modo dialético, uma como negação da outra” (DOMBROWSKI, 2020, p.224). Essa é uma polêmica que foi colocada entre ambas as correntes no choque entre o conservadorismo tradicional⁵ de Burke etc., e o liberalismo econômico do século XX defendido pelo economista Hayek (2010).

Antes de tudo é importante ressaltar o que se entende por conservadorismo clássico e moderno. À grosso modo, o conservadorismo clássico está compreendido no período pós-1789 até 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial. Suas características partem de uma reação aos ideais iluministas e ao projeto de modernidade, cristalizando uma defesa à estrutura do Antigo Regime. Entre os pensadores do seguimento conservador clássico, destacam-se, num primeiro momento, Edmund Burke (1729-1797), precursor do pensamento conservador, encarregou-se de rechaçar os movimentos revolucionários em nome da ordem e das leis; em sequência, temos Émile Durkheim (1858-1917), responsável por sistematizar a racionalidade instrumental-positivista garantindo o status científico do pensamento conservador (NETTO, 2011). Já o pensamento conservador moderno converge com o período de formação do capitalismo tardio ou monopolista em que há a multiplicação de pensadores conservadores que se aproximam do liberalismo ao passo que há, nesta concepção, o nivelamento de experiências socialistas e fascistas do século XX como *totalitárias*, dignas de repulsa⁶.

⁵ Aqui diz respeito ao conservadorismo clássico.

⁶ Segundo Souza (2015), as variantes que o pensamento conservador sofreu durante os séculos se esboçam, em especial, nas transformações entre o pensamento conservador clássico e o pensamento conservador moderno. Portanto, algumas mudanças indispensáveis são observadas pelo autor. Em primeiro lugar, o pensamento conservador levanta a bandeira “sem ideologia” – ponto que flerta com a ideologia pós-moderna. Em segundo, valorizam o presente e não se prendem tanto ao passado, são menos nostálgicos que os conservadores clássicos. Em terceiro, é permitida uma forma de racionalidade que se aproxima do pragmatismo, do utilitarismo e do

Mesmo que Hayek (apud Dombrowski, 2020) aborde em sua teoria que o receio a mudanças e a inovação colocam o conservador em sentido oposto à filosofia liberal, as mutações ocorridas entre as duas correntes no século XIX acabaram dissolvendo com o tempo parte das discordâncias entre elas, aproximando-as ainda mais, em especial, no que concerne à oposição em tempos de crise à democracia. Nisso faz com que a expressão *conservador nos costumes e liberal na economia* seja um jargão usual entre conservadores e liberais em momentos de crise em que remete a um pujante descrédito da democracia (DOMBROWSKI, 2020, p. 233). Neste período histórico, essas diferenças são colocadas em segundo plano para um objetivo maior, que é o objetivo de perpetuação do conservadorismo.

As falas do então ministro da Economia do governo bolsonarista, Paulo Guedes, refletem *in totum* os objetivos da agenda do governante alinhada ao temário neoliberal: “O presidente ganhou a eleição dizendo ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’ e o Paulo Guedes dizendo que vai privatizar. Foi essa agenda que ganhou a eleição”(GUEDES, 2019). Em consonância com os preceitos liberais, o então *Chicago Boy*⁷ é otimista aos valores ditos tradicionais e conservadores, que, segundo ele, estão alinhados aos preceitos econômicos futuramente desenvolvidos pelo governo Bolsonaro: “Ideias liberais, de um lado, e uma agenda de costumes, de valores, de família, do outro. É uma democracia rica quando você tem essas possibilidades” (GUEDES, 2019).

Salienta-se que dentre as inúmeras mudanças de ministros do governo Bolsonaro, Paulo Guedes foi um que se manteve intacto em seu posto como ministro da Economia, ainda que a mesma não apresente sinais de restabelecimento e desenvolvimento. Em soma, a carga tributária, o empobrecimento população e o aumento das desigualdades sociais caminham em ritmo acelerado.

É sabido que a democracia burguesa tem muitos limites para a classe trabalhadora desde sua implementação, entretanto o que se tem visto nesta forma de governo de Jair Messias Bolsonaro é o uso da democracia tão somente à serviço da matriz econômica e dos anseios do capitalismo, com margem de negociação e concessões à classe trabalhadores paulatinamente mais regressivas, aumentando o nível de exploração da mesma. Nota-se, seguindo essa racionalidade, a ampliação do caráter meritocrático – tradicionalmente defendido pelo liberalismo e reforçado pelo neoliberalismo.

Em novembro de 2019, Guedes mencionou a possibilidade de um AI-5 (Ato Inconstitucional nº 5)⁸ diante das insurgências populares que saíssem do *controle*. Sua simpatia à ditadura militar não se limita à história brasileira de 1964 a 1988, mas à ditadura de Pinochet no Chile⁹, na qual normas neoliberais foram a assinatura do ditador, aplaudida por Guedes,

empirismo – ou seja, o valimento da razão instrumental para fins justificáveis e que não fere o sistema econômico e político capitalista. Por último, e com estreita ligação com o ponto anterior, a admissão de possíveis mudanças, desde que venham da classe dominante que supostamente possui o discernimento necessário e a prudência para direcionar modificações pertinentes na sociedade. Fora isso, é arriscado e imoral. ⁷*Chicago Boys* é a denominação dada ao conjunto de economistas que desenvolveram suas ideias neoliberais na Universidade de Chicago nos EUA. As medidas dos economistas foram diretamente implantadas no Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet na segunda metade do século XX.

⁸O Ato Institucional Número Cinco foi um dos vários emitidos durante a ditadura militar brasileira após o golpe de Estado de 1964 no país. Foi decretado em 1968 durante o governo do general Costa e Silva e é considerado o mais repressivo e arbitrário do regime ditatorial.

⁹ A ditadura militar chilena de Augusto Pinochet durou de 1973 a 1990.

transformando-se na primeira experiência na América Latina do funcionamento neoliberal apadrinhada pelos Estados Unidos.

Assim, as proximidades com o pensamento neoliberal em sua total operacionalização de governos ditatoriais na América Latina demonstraram ser bons parceiros de negócios:

Os teóricos neoliberais têm, no entanto, uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar. Os neoliberais preferem afastar as instituições-chave, como o Banco Central, das pressões democráticas. (HARVEY, 2008, p.77).

Os pactos pelo alto (FERNANDES, 2006) presente em toda a história brasileira, sem consulta popular, isto é, antidemocrática, são cada vez mais comuns e pétreos. Mesmo que o presente governo tenha chegado ao poder pelo caminho democrático – meio sufragista –, os valores democráticos não vêm se mostrando como uma finalidade nos interesses do governo em voga. Ao contrário, a democracia vem sendo colocada como um empecilho aos interesses que ele representa, visto as alusões, referências e elogios à gestão ditatorial. O elemento democrático já era indicado pelo pai do neoliberalismo, Friedrich August Hayek (2010), como um fator de choque entre a teoria por ele proposta:

[...] quando se diz que a teoria política de Hayek é antidemocrática, isso quer dizer ela não apenas conduz a retrocessos no campo político-eleitoral, mas implica também no desmonte da estrutura governamental que corresponde aos direitos sociais e, em última instância, que se trata de uma teoria que nega ao cidadão o direito de ter direitos (DOMBROSKI, 2020, p.231).

Dessa forma, é tendencial que os pactos pelo alto vão aumentando pelo fermento neoliberal ao ponto da sociedade se questionar se ainda está vivendo numa democracia ou não.

Ainda convém ressaltar que o liame entre capitalismo desenvolvido e conservadorismo não teria dado passos tão largos sem a figura do Estado como agente apassivador na luta entre classe trabalhadora e burguesia, viabilizando condições exequíveis para a produção e reprodução capitalista acontecer em períodos de crise. Todavia o conservadorismo em sua gênese se opunha aos princípios e diretrizes burgueses, filiando-se somente na mudança de direcionamento burguês no período da decadência ideológica (LUKÁCS, 1992).

O conservadorismo, neste sentido, se coloca do lado de quem quer manter a ordem e os valores ditos tradicionais, sem perder a paixão pela exploração de classe, etnia e gênero. Em território latino-americano em que a história colonial é semelhante entre os países, a regência política garantida pelo pacto colonial pós Segunda Guerra Mundial deu o aval para os Estados Unidos conterem qualquer tipo de entropia política que surgisse a contragosto do governo estadunidense. Os sulcos conservadores da realidade latina serviram aos interesses econômicos e políticos regimentados não só pelos Estados Unidos, mas pelas grandes potências imperialistas:

A atualização da dominação burguesa no Brasil, bem como em grande parte da América Latina, envolve, portanto, a articulação de diferentes aspectos e condicionantes, inserindo-se no processo de reestruturação produtiva do capitalismo globalizado. Essa reformulação se verifica: tanto por meio da necessidade da atuação efetiva e coercitiva do Estado – através das reformas para o mercado, da desregulamentação de direitos dos trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais – como também pela produção do consenso a partir de agentes, instituições e aparelhos midiáticos (CASIMIRO, 2018, p. 293).

No território brasileiro, o conservadorismo de que estamos tratando encarna na veia política, o que ficou conhecido como “nova direita” (CASIMIRO, 2018). Trata-se de direita com novas facetas para reafirmar e expandir os interesses capitalistas econômicos no cenário nacional, que apresentou grande força após as eleições de 2018 no país (que incluía a votação de presidente, governador, senador e deputados federais). O rearranjo político se deu pela conquista vultosa do Partido Social Liberal (PSL) em 2018, que em comparação com a eleição anterior, em 2014, apresentou uma pífia representação política. Enquanto o PSL avançava, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de Centro, em comparação às eleições passadas em que vinha conquistando um considerável número de eleitos, desacelerou em representação política.

Avaliar esta nova direita não é tarefa fácil, pois ela se constitui num sincretismo e aglutinação de valores e ideologias gestadas pelo verniz dialético da realidade, que compõe sua herança histórica fomentada pelos novos objetivos desta vertente:

A nova direita brasileira não possui homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo austríaco ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo. Apesar de expressar contradições e conflitos interburgueses, a nova direita assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação de capital (CASIMIRO, 2018, p. 45).

Não à toa, vemos a imigração de setores liberais de centro para a extrema-direita, abandonando valores democráticos e absorvendo valores fascistas em plena luz do dia, como constata Almeida (2018): “Em momentos de crise, em que é preciso ‘conservar o que concretamente deve ser conservado’, os liberais podem se tornar reacionários” (ALMEIDA, 2018, p. 30).

A retórica de que o Estado gasta demasiadamente com a esfera social já foi utilizada como justificativa para a crise que se instaurou no sistema welferiano, abrindo caminhos para uma reestruturação que encontrou identificação com o Estado neoliberal. A ação econômica tem base ideológica na centralidade da austeridade, na *poda* de excessos e no redirecionamento dos gastos do Estado que consideram mal projetados pela Constituição Federal de 1988, para fins de pagamento de dívidas com o orçamento antes destinado a Seguridade Social.

A nova direita então se incumbiu de adentrar no campo político para garantir os valores mais radicais do neoliberalismo para a máquina do Estado:

A nova direita é aquela em torno da família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances. Diferente de outras articulações conservadoras, o eixo de gravidade do neoconservadorismo norte-americano – e do novo conservadorismo brasileiro – é a atuação da direita cristã

baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda ordem de disfunções sociais (LACERDA, 2019, p.18).

As contramedidas constitucionais alinham-se, não coincidentemente, ao *modus operandi* da face contemporânea do capitalismo, mais radical, globalizada e exploradora. A ideologia neoliberal legitima o projeto do capital monopolista, contando com a mão forte do Estado na restrição e redução de direitos, transformando as políticas sociais em ações compensatórias de cunho privatista, focalizante e individualizado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; NETTO, 2010).

Como exemplo explícito da manifestação de medidas desta estirpe, temos a Proposta de Emenda Constitucional 55 ou 241, popularizada como PEC do Teto dos Gastos, que representou mais uma iniciativa legislativa a impor barreiras aos avanços sociais e políticos da sociedade em nome da economia. A PEC foi aprovada em dezembro de 2016 e se tornou a Emenda Constitucional nº 95 durante o governo de Michel Temer. A iniciativa apesar da desaprovação popular (BRASIL, 2016) foi rapidamente aprovada pelos congressistas como uma ação nitidamente neoliberal de enxugamento do Estado pela instituição do Novo Regime Fiscal, que impactam diretamente no orçamento e no limite dos gastos públicos na Seguridade Social fragilizando a *res publica*. A incluir os limites aos gastos destinados a saúde, previdência, assistência social e educação terão que ser contidos durante o prazo de vinte anos para que haja um ajuste necessário das contas públicas. Salvante a Emenda Constitucional 95 estão, dentre outras, as despesas da Justiça Eleitoral com as eleições e despesas de capitalização de estatais não dependentes.

Qualquer intenção de implementação do que poderia se aproximar de um Estado de Bem Estar Social no Brasil foi varrido para debaixo do tapete. Embora as medidas contrarreformistas estejam presentes nos governos anteriores, – eem especial no governo de Michel Temer, que mais produziu retrocessos na esfera da seguridade social brasileira–, é no governo de Jair Messias Bolsonaro que isso tem acontecido em crescente velocidade, perceptíveis retrocessos sociais desde seu projeto à sua implementação. O semblante mais atroz do neoliberalismo encontra alento na agenda econômica conservadora de Bolsonaro.

3 Conclusão

Na historiografia do capitalismo, as formas de dominação transmutaram-se, desaguando na ascensão do conservadorismo neste tempo histórico em que nos encontramos. O neoliberalismo somado ao conservadorismo configura-se como um dos instrumentos que executaram e executam um papel decisório e poderoso no tardo capitalismo.

Levando em consideração que a ideologia conservadora tem uma base material que é dada pelos interesses do capital e de sua necessidade de se autorreproduzir – afinal, é a crise que impõe tais mudanças na ideologia, no entanto, a ideologia também refrata nas formas de enfrentamento da crise –, ela é expressa nesta relação dialética que é essencialmente contraditória e em constante transformação, longe da uniformidade, estabilidade e determinismos. Posto isto, não se trata de menosprezar o campo moral, dos valores e da cultura, mas, diante de um modo de produção que tem seu sustentáculo na exploração, a seara econômica tem um protagonismo que incide com mais forças em comparação aos outros campos societários, ainda que explicitamente se mascare e esteja em total articulação com os outros.

Seguindo estes moldes, Bolsonaro, sem reservas, operacionaliza aquilo que foi projetado em seu plano de governo quando candidato à presidência, oferecendo ao grande capital um auxílio auspicioso pela mão do Estado à conveniência privada burguesa.

O conservadorismo, neste sentido, não só reproduz a sociabilidade burguesa, mas se constitui como seu produto necessário. Formaliza-se como um artifício tacanho, apelando para a *pseudonovidade* que consiste em levantar velhas bandeiras e restaurá-las, tais como a da ordem, da família, da propriedade, da moral e dos costumes, sobretudo em períodos de crise, como estratégia de dominação ideológica. A fim de perdurar o domínio de uma classe sobre outra, consolida um instrumento que se *modernizou* para garantir a reprodução da ordem social.

Especificamente no panorama brasileiro, o conservadorismo nasce enraizado na história do país e se mescla ao seu papel na divisão internacional do trabalho como país periférico, dependente, heterônimo e autocrático, em que os valores democráticos são os primeiros a serem descartados em face da crise estrutural (FERNANDES, 2006). Como resultado, a classe trabalhadora, parcela da sociedade historicamente desfavorecida e privada de recursos econômicos – considerando suas particularidades de classe, raça e gênero que potencializam a opressão – enfrenta com mais impacto as sobrejacentes refrações da crise estrutural do capitalismo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. Neoconservadorismo e Liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLSONARO, Jair Messias. **O Caminho da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo**. [S.l.], 2018. Disponível em: http://divulgandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 de jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 55 de 2016 (PEC 55/2016)/Consulta Pública**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127337>. Acesso em: jan. 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n.2, p.223-234, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**:ensaio de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRANÇA, Segislane; MACIEL, Valnise; SILVA, Marlene. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n.2,p.256-265, 2020.

GUEDES, Paulo. **Os políticos têm de controlar 100% do orçamento**. [Entrevista Concedida a] Adriana Fernandes, José Fucs, Renato Agostini. Estado de São Paulo, São Paulo 3 maio 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,os-politicos-tem-de-controlar-100-do-orcamento,70002749472>. Acesso em: jan. 2020.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**:história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**:de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LUKÁCS, György. **Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, 1992.

MOORE JR., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**:Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. *In*: Encontro Internacional “Civilização Ou Barbári, 3., 2010. **Anais** [...]. Serpa, 2010. Disponível em <http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**:elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. O Conservadorismo moderno:esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.122, 2015.

THE WORLD BANK. **O Banco Mundial no Brasil**. Disponível em:
<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#2>. Acesso em: dez. 2019.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **Income inequality, Brazil, 2001-2019**. Disponível em: https://wid.world/world#sptinc_p99p100_z/US;FR;DE;CN;ZA;GB;WO/last/eu/k/p/yearly/s/false/5.0704999999999999/30/curve/false/country. Acesso em: mar. 2019.

Amanda Sales da Silva

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2012-2017). Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2018-2020). Linha de pesquisa: Lutas Sociais, Estado, Política Social e Serviço Social. Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC/ESS/UFRJ).
